

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



X



A QUESTÃO PALESTINA: O CONFLITO X A DIPLOMACIA

**NATAL/RN
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

A QUESTÃO PALESTINA: O CONFLITO X A DIPLOMACIA

LILIAN LYIGIHANE DA SILVA CABRAL

**NATAL/RN
2007**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. O SIONISMO.....	5
1.1 SIONISMO RELIGIOSO OU ORTODOXO.....	7
1.2 O SIONISMO POLÍTICO	9
1.3 A PALESTINA ANTES DO SIONISMO.....	12
2. PALESTINOS X JUDEUS: A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL	14
2.1 A DECLARAÇÃO DE BALFOUR E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	14
2.2 A ADMINISTRAÇÃO BRITÂNICA.....	17
2.3 A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL	22
3. OS CONFLITOS E OS ACORDOS DE OSLO	25
3.1 A CRISE DE SUEZ	27
3.2 A GUERRA DOS SEIS DIAS	28
3.3 AS REPRESENTAÇÕES PALESTINAS E OS ACORDOS DE PAZ DE OSLO.....	31
CONCLUSÃO	37
ANEXOS	39
BIBLIOGRAFIA.....	42

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma das questões mais delicadas da atualidade: A Questão Palestina, iniciando com o movimento sionista e suas conseqüências e finalizando com os acordos de paz da década de 1990.

A ocupação da Palestina é uma questão que já se estende desde a antiguidade dos povos que habitaram, a então Canaã, até a proximidade dos conflitos contemporâneos, envolvendo interesses distintos. A Palestina é acima de tudo uma espécie de centro religioso, pois concentra raízes das três grandes religiões monoteístas do mundo: Cristianismo, Judaísmo e Islamismo.

A questão palestina é conseqüência do movimento sionista, encabeçado pelo jornalista Theodor Herzl na Europa Oriental no final do século XIX. O sionismo político é uma ideologia nacionalista-colonialista, esse movimento é conseqüência da expansão dos ideais nacionalistas que varreram a Europa no final do século XIX. Diante do nacionalismo europeu os judeus temeram a perda de sua identidade cultural e religiosa e então se agarraram aos ideais sionistas, divulgados e estimulados no primeiro congresso sionista em Basiléia, na Suíça (1897), que previa a colonização judaica da Palestina, com a conseqüente remoção da população árabe nativa – os palestinos – o que veio a originar os conflitos que até hoje se estende na região.

Durante todo século XX, houve momentos em que essa temática ganhou grande repercussão internacional e em contrapartida momentos em que foi completamente esquecida. Dois grandes momentos importantes, a serem destacados, são a fundação do Estado de Israel em 1948, com o apoio total dos Estados Unidos e da União Soviética (os expoentes do sistema bipolar da Guerra Fria) e a assinatura da Declaração de Princípios em setembro de 1993, na cidade de Washington, Estados Unidos.

A declaração de princípios marca a nova “Era Diplomática” com relação à partilha da Palestina. Em apenas seis anos (1993-1999) quatro acordos foram assinados: Cairo, 1994; Taba ou Oslo, 1995; Wye River, 1998 Shann el Sheik, 1999, ~~nos~~ os quais juntos transformaram-se no “Processo de Paz de Oslo”.

O trabalho foi dividido em três capítulos, iniciamos com a origem e o desenvolvimento do movimento sionista no final do século XIX, a base de toda a ideologia

incidência

men toda, talvez a hegemonia!

origem de guerras para os judeus
sensismo → mensagem para os palestinos

política dos judeus. Posteriormente trabalhamos com a análise da administração inglesa na região que data do início da década de 1920 até o final da década de 1940 com a fundação do Estado de Israel. Finalizamos com as guerras travadas entre árabes e judeus a partir da década de 1950 - nos deteremos ^{em} ~~as~~ duas guerras em especial a Guerra de Suez e a Guerra dos Seis Dias- e com o Processo de Paz de Oslo.

anotação

Elencamos para o seguinte trabalho: *A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada*, de André Gattaz ; *O conflito Israel-Palestina: para começar a entender*, dos autores Dan Cohn-Sherbok e Dawoud El-Alami e *Israel - Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*; organizada por Gilberto Dupas e Tullo Vigevani. Na primeira o autor tenta dar um novo tratamento aos palestinos, tentando desfazer a imagem tão difundida pelo Ocidente, de bárbaros e terroristas através da análise de inúmeros documentos que vai desde o programa do primeiro Congresso Sionista até a Resolução de 1397 do Conselho de Segurança da ONU, em 2000. A segunda obra trata da história do conflito sempre confrontando as posições dos árabes e dos judeus uma obra bastante democrática. Já o terceiro material principal é resultado de um seminário realizado pela Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados, da Universidade de São Paulo, em abril de 2000. Uma obra que envolve vários autores, todos focados no aprofundamento do debate sobre o conflito Israel-Palestina discutindo de que forma a paz pode ser construída no atual sistema internacional. Além disso, nesta obra, pode-se encontrar a pequena participação brasileira nesse conflito e as suas perspectivas de ampliação para o futuro.

1. O SIONISMO

Não diferentemente do continente africano e do restante da Ásia, o Oriente Médio experimentará, também, o peso do imperialismo¹ entre o século XIX e o início do século XX. A preocupação no tocante a região, no começo do século XX era a “questão oriental”. Como controlar o Oriente Médio? A colonização e o controle das terras do Oriente Médio só poderia ser concretizado com o “desmantelamento” do decadente Império Otomano. França e Inglaterra disputaram o território otomano visando evitar um estreitamento nas relações diplomáticas entre os árabes e o emergente e ameaçador Estado alemão.

Destruir o Império Otomano era acabar com a unidade política e degradar, progressivamente a unidade cultural da região. A dominação desta vasta área, que se estendia pelo leste europeu, sudoeste asiático e norte da África, deveria ser efetivada antes que as idéias nacionalistas dos seus súditos se tornassem fortes o suficiente, a ponto de enxergar na ajuda das potências europeias uma forma de dominação: “(...) entre os anos de 1850 -1913, todas as ‘províncias europeias’² do Império Otomano obtiveram sua autonomia, enquanto as províncias asiáticas e africanas tornavam-se ‘protegidas’ (como o Líbano e a Síria, pelos franceses) ou eram colonizados diretamente pelos europeus (como Argélia e o Marrocos)” (ver anexo 1) (GATAZ,2003,p.32)

O nacionalismo no Oriente foi usado pelos europeus como uma arma para libertar os orientais do decadente Império Otomano. Os ingleses, por exemplo, incentivam os árabes a tornarem-se independentes prometendo garantir a autonomia destes povos, pois só assim a região estaria fragilizada o suficiente para germinar a semente do imperialismo. E foi nesse contexto nacionalista, que envolvia o continente europeu e seus interesses, que surgiu o sionismo um movimento político que defendia o direito à autodeterminação do povo judeu e à existência de um Estado judaico. Alguns judeus passaram a acreditar que as ligações religiosas e supostamente radicais entre judeus constituíam uma nacionalidade judaica, portanto a chamada ‘nação judaica’ deveria ter seus direitos nacionais como os demais Estados. Inspirados nas aventuras coloniais das nações em que viviam, acreditavam que a ‘nação judaica’ poderia enviar seus próprios colonialistas a terras africanas ou asiáticas, estabelecer uma comunidade de colonos e posteriormente, seu próprio Estado -

¹ Política de expansão e domínio territorial podendo ser associada ou não a um controle cultural e econômico.

² Península balcânica.

não como um entreposto colonial submetido à metrópole, mas como a base do Estado em si, para onde à 'nação judaica' convergiria de todo o mundo. "Para o sionismo, a colonização seria o instrumento da construção da nação, não o subproduto de um nacionalismo já realizado." (GATAZ,2003,p.20)

Partindo desse ponto de vista fica muito claro o porquê do apoio, de potências da época aos sionistas. A potência que favorecesse a imigração judaica no início do século XX para a Palestina garantiria aos poucos a posse da terra através de judeus, que também eram europeus e compartilhavam do mesmo ideal imperialista.

O movimento sionista foi uma estratégia mais do que necessária para garantir a colonização da Palestina. Originado na Europa do século XIX o sionismo foi acima de tudo um grito de alerta no meio da escuridão, na qual se encontravam milhares de judeus europeus. Vivendo a margem da cultura europeia, milhares de judeus continuavam sendo perseguidos devido os seus ideais religiosos e por que não dizer culturais.

Em meados do século XIX, a maior parte dos judeus viviam na Europa Oriental, mas precisamente na Polônia, Lituânia, Rússia e Hungria. Geralmente eram pequenos comerciantes que apresentavam uma certa desenvoltura econômica ao transitarem entre a economia local, tipicamente feudal, e a economia de mercado em plena expansão na Europa ocidental. Esses judeus não raramente, emprestavam dinheiro a qualquer um que em crise estivesse, do camponês ao nobre e até mesmo ao rei.

Ainda no século XIX a situação se transforma sensivelmente, a essa altura começa a se desenvolver na Europa oriental burguesias nacionais que, rapidamente, vêem no judeu um concorrente indesejável. O abalo da ordem feudal nesses países, a revolução industrial, com o conseqüente esvaziamento dos campos, e a migração de milhares de pessoas para a cidade vão resultar na formação de um grande e miserável exército de mão-de-obra. Desemprego em massa. Desemprego que atingia a todos, mas que as classes dominantes tratavam de atribuir àqueles a quem desejavam destruir, por serem seus concorrentes, ou seja, os judeus. Além de que, evidentemente era muito mais conveniente para essas mesmas classes dominantes que o povo atribuísse a sua desgraça não a quem tinha o poder – por exemplo os czares da Rússia – , mas a terceiros: os judeus. Assim não se trataria de lutar contra o injusto e repressivo regime imperial, mas contra os judeus, que ocupavam os postos de trabalho dos russos. (SALEM,1982, p.12)

Visto como um inimigo do desenvolvimento econômico nacional o judeu passa a ser atacado diretamente pelo ódio, amplamente estimulado pelas autoridades dos Estados

do leste europeu. Na Rússia eram comuns a perseguição e matança de judeus que eram chamadas de pogroms e eram autorizadas pelas autoridades czaristas. Essa violência desenfreada desembocou na emigração de milhares de judeus para a Europa ocidental, Estado Unidos e América Latina.

Na Europa ocidental a situação dos judeus era um pouco distinta, estavam claramente espalhados entre as várias classes da sociedade capitalista industrial, além de estarem incorporados à política local. A chegada de milhares imigrantes do leste europeu, carentes de empregos serviu para reativar o anti-semitismo que a muito se encontrava camuflado naqueles países. O judeu ocidental, considerado “emancipado”, teve sua vida profundamente abalada.

Nesse turbulento contexto social, político e econômico que emergirá o movimento sionista, com a proposta da criação de uma pátria para os judeus. Inicialmente o sionismo adquiriu um caráter religioso e espiritual³ no qual observava-se à defesa de uma abordagem ativa do messianismo judaico. A nação judaica deveria se engajar na construção de um país, antecipando a vinda do Messias. Quatro nomes merecem destaque neste movimento, são eles:

Yehuda hai Alkalai, Zvi Hirsch Kalischer, Abraham Isaac Kook e Asher Zvi Ginsberg.

1.1 SIONISMO RELIGIOSO OU ORTODOXO

Yehuda hai Alkalai, nasceu em Sarajevo mas na sua juventude migrou para a Palestina, onde foi influenciado pelo pensamento cabalístico⁴. Defendia o estabelecimento de colônias judaicas contrariando a crença tradicional de que o Messias viria como um ato de redenção divina. Para Alkalai a redenção não consistia somente em um assunto divino mas deveria ser encarada como uma preocupação humana que exigia trabalho e persistência. Povoar a Terra Santa era uma forma de contribuir para a materialização do Messias. A organização da redenção caberia aos próprios judeus que deveriam escolher seus líderes e saírem dos países de origem, tal organização muito parecia com o antigo patriarcado judeu e pretendia exercer novamente o domínio sobre a antiga Canaã: “Uma vez que nenhuma comunidade pode existir sem um corpo de governo, o primeiro passo

³ O sionismo religioso atua simultaneamente com o sionismo político no final do século XIX.

⁴ Sistema religioso-filosófico que investiga a natureza divina. É a vertente mística do judaísmo.

Cabala.

nesse processo de recolonização deveria ser a escolha de anciãos de todos os distritos para supervisionar os assuntos da comunidade.” (COHN-SHERBOK;EL-ALAMI,2005, p.24)

Considerado outro pioneiro do sionismo religioso , Zwi Hiirsch Kalischer era rabino de uma província polonesa e enxergava a recolonização da Palestina de uma forma prática com base na filantropia,essa ajuda deveria advir dos judeus que gozavam de uma situação financeira confortável. Para Kalischer deveria haver um projeto de organização socioeconômica para que os judeus pudessem desfrutar de uma imigração sadia e viável para a Terra Santa.

Ele acreditava que os judeus deveriam ser encorajados a imigrarem, comprarem e cultivarem fazendas e videiras na Palestina, tal estímulo salvaria da estagnação daqueles judeus que se encontrassem na pobreza em território palestino, ainda assolado pela má administração otomana que mergulhava a região em uma grave crise econômica. Kalischer apostava em uma recolonização baseada em um núcleo agrícola,se a economia da região desenvolvesse uma atividade de domínio judaico o ambiente tornar-se-ia bem mais propício à imigração.

Apresentando uma visão mais moderna do movimento sionista Abraham Isaac Kook construiu uma visão de redenção messiânica⁵ , integrando a criação de um Estado judaico. Nascido na Letônia, em 1895 Kook recebeu uma educação judaica tradicional,emigrou para a Palestina em 1904 e tornou-se o primeiro rabino chefe após o mandato britânico. Ele reinterpretava a tradição religiosa judaica com o intuito de transformar a antecipação messiânica religiosa na base do judaísmo, naquele momento. Kook observava claramente que vários judeus não tinham interesse em imigrar para a Terra Santa e essa desconexão entre as aspirações religiosas e o desejo de muitos judeus em permanecer na diáspora,devido ao apego e à adaptação à cultura ocidental, enfatizava a confusão no pensamento judaico em relação à importância de Israel .

A acomodação de muitos judeus com relação à nova pátria muito preocupava Kook, segundo ele a salvação plena desses judeus não dependia apenas do cumprimento das leis judaicas. A luta pela Terra Santa traria a plena salvação: “A vida na diáspora envolve o fiel no não-sagrado, enquanto ao estabelecer-se na Palestina é possível viver uma vida

⁵ A vinda e a proteção do messias , para os judeus o messias ainda não se materializou como já ocorreu no Cristianismo através de Jesus Cristo e no Islamismo por meio de Maomé.

É um profeta
na um messias

espiritualmente imaculada”.(KOOK, ABRAHAM apud. COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2005,p. 26);

Kook enxergava na ligação com a terra o apoio divino ao seu povo. Ligar-se a terra era participar do plano de redenção de Deus, era contribuir acima de tudo com o advento do Messias.

Asher Zvi Ginsberg diferencia-se dos demais companheiros ao concluir que nem todos os judeus poderiam estabelecer-se no Estado judeu, se o mesmo viesse a existir. Ginsberg acreditava que a construção de uma pátria judaica apenas contribuiria para a regeneração cultural e espiritual do seu povo ,visto que ele apesar de observar a desintegração cultural dos judeus nos países em que residiam devido o modo de vida capitalista europeu, os consideravam ainda sim, alienados pelas sociedades que os cercavam. “(...) Para os sionistas, a assimilação individual levava à alienação e a crises de identidade, e era, em todo caso, inútil uma vez que o fato mesmo em sua integração em nações modernas provocava uma reação anti-semita. Somente uma resposta coletiva , nacional judaica,resolveria. E ajudaria os judeus enquanto povo.” (DEMANT,PETER . apud DUPAS;VIGEVANI,2002,p.210)

O Estado judeu antes de ser um país para o povo excluído dos valores ocidentais, deveria incorporar os ideais religiosos e culturais do passado judeu. Através da criação de um Estado judaico os valores espirituais da fé se materializariam na Terra Santa.

1.2 O SIONISMO POLÍTICO

Contrapondo-se ao sionismo religioso o sionismo político ou secular moderno, foca a sua atenção no problema do anti-semitismo, derrubando definitivamente a idéia da criação de um Estado religioso. Nessa nova vertente do movimento destacam-se Moses Hess, Leon Pinsker e Theodor Herzl.

Para os representantes desse movimento o anti-semitismo nunca deixaria de existir. Esse sentimento , segundo eles estava enraizado e era considerado normal entre todos os povos do mundo. Dessa maneira, diante do crescente nacionalismo europeu esse ódio só crescia e a única medida, de caráter paliativo, remetia a urgência de uma pátria judaica com valores políticos sólidos o suficiente para fazer brotar um nacionalismo forte o suficiente para combater o ódio, as ofensas e injustiças cometidas contra os judeus no decorrer dos tempos:

“Esse ódio aos judeus gerou varias acusações contra o povo hebreu: por toda a História, os judeus têm sido acusados de terem crucificado Jesus, bebido o sangue de cristãos, envenenados poços e explorado camponeses. Essas acusações são invariavelmente infundadas – foram feitas para apaziguar a consciência dos perseguidores dos judeus. Dessa forma, o judaísmo e o anti-semitismo têm sido inseparáveis através dos séculos, e qualquer esforço contrário a essa aberração da mente humana é infrutífero. Diferentemente dos outros povos, os judeus são inevitavelmente estrangeiros. Não são simplesmente hóspedes num país estrangeiro; são mais como mendigos e refugiados” (PINSKER, LEON. Apud COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2005, p. 29)

Os sionistas modernos não vislumbravam uma nova pátria capaz de instalar todos os judeus, definitivamente esse não era o objetivo. A intenção maior era construir um Estado para assegurar qualquer judeu perseguido, de qualquer lugar que viesse

Compartilhando das idéias de Hess e Pinsker, Theodor Herzl conseguiu provocar um grande debate entre judeus e não-judeus sobre o sionismo na Europa. Ele destaca-se dos seus colegas pela capacidade de fazer-se ouvir em um cenário de crise do capitalismo (meados da década de 1890), em um mundo tomado pelo patriotismo, pelo nacionalismo imperialista.

Herzl idealizou um Estado burguês aos moldes europeus, era a alternativa mais inteligente e viável para os judeus naquele momento. Dizia ele em sua obra, *O Estado Judeu (Der Judenstaat)* publicada em 1896 : “Para a Europa construiríamos na região uma parte da muralha contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Permaneceríamos, como um Estado neutro em relação constante com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência.”

Estava pronto o grande projeto sionista. A idéia jamais pensada pelos judeus ortodoxos idealizadores de um Estado judeu de cunho religioso e espiritual. Herzl construiu uma proposta puramente capitalista em uma Europa imperialista, praticamente organizada em alianças militares ,sua grande dificuldade consistiria em arranjar um patrocinador. Seria muito propício para as potências européias adquirir uma “sentinela” contra a “barbárie” dos orientais, principalmente se esses supostos “bárbaros” defendessem uma promissora área petrolífera localizada no atual Oriente Médio, Antigo Império Otomano.

Seis Congressos aconteceram sob a liderança de Herzl no Primeiro Congresso Sionista na Basileia, definiram-se os objetivos políticos do movimento e evidenciou o seu caráter nacionalista:

Basileia, 31 de agosto de 1897.

O sionismo propõe – se a construir um lar para o povo judeu assegurado legalmente e reconhecido publicamente na Palestina. Para alcançar seu propósito, o congresso propõe os seguintes métodos:

1. O estímulo programado para o assentamento na Palestina mediante o esforço de judeus agricultores, trabalhadores e que se ocupem de outros trabalhos.
2. A unificação e organização de todos os judeus em grupos locais e regionais de acordo com as leis de seus respectivos países.
3. O fortalecimento da autoconsciência e da consciência nacional judaica.
4. fazer os preparativos para obter o consentimento dos governos necessários para a realização dos objetivos do sionismo.(GATAZ,2003 ,p.23-24)

O início dos congressos sionistas também marcou o começo das relações diplomáticas dos judeus com os Estados europeus. No segundo congresso ,em 1898, destaca-se o encontro de Herzl com o Kaiser alemão Wilhelm II. Tal encontro visava uma aproximação indireta da liderança judaica com o sultão Abd al-hamid, na época líder do Império Otomano. Ao perceber estreitas relações diplomáticas entre a Alemanha e o Império apresentou uma proposta que privilegiava o Estado alemão ,visto que compreendia a formação de uma companhia de judeus na Palestina sob proteção alemã. As lideranças judaicas tinham esperanças que o sultão ouviria a intercessão do kaiser pelos judeus. O que Herzl não vislumbrava era as ambições da Alemanha que almejava um objetivo muito maior que o comando de uma companhia judaica . Essa proposta era ,apesar de tentadora, muito pouco para aquele cenário de competição imperialista. A Alemanha que começava a emergir como potência desejava a construção de uma ferrovia que a ligasse a Bagdá e ao Golfo Pérsico, portanto o sultão atendeu apenas um dos dois pedidos : o alemão. A Alemanha se tornava agora a grande fada madrinha do pobre Império Otomano, a grande protetora do decadente Império.

Em 1901, na cidade de Yildiz Kiosk acontece o encontro entre o líder judeu e o sultão otomano. Abd al-hamid declarou concordar com a imigração judaica para a Ásia Menor e mesmo assim sob a condição de que os imigrantes adotassem a nacionalidade turca e fundassem as suas colônias de forma dispersa, evitando concentração de judeus em uma área só. Evidentemente que havia uma enorme incompatibilidade política nessa negociação. De um lado um líder judeu tentando esconder o objetivo de fundar uma nova pátria em território turco e de outro um sultão mulçumano em decadência tentando manter a sua autoridade, fingindo não saber dos reais objetivos sionistas.

Diante dessa situação a única tentativa que restava aos sionistas era apelar para a grande potencia do início do século XX: a Inglaterra. O quarto congresso teve sua sede na capital inglesa em 1902. demonstrando todo o seu poder de liderança , Herzl deixou muito

claro que só havia uma forma da Europa ver-se livre das perseguições aos judeus, a solução era diminuir a população judaica no continente e para tanto se fazia necessário à fundação de um novo Estado, fora do continente europeu, em uma terra distante, propícia para a nação judaica. A Inglaterra demonstrou interesse pela proposta, afinal caso apoiasse o movimento sionista, onde quer que o Estado judeu se instalasse o patrocínio inglês daria a Inglaterra direitos sobre a terra.

As promessas inglesas começaram através de um membro do governo conservador de Balfour, Joseph Chamberlain, que se mostrou favorável à instalação de uma colônia judaica na península do Sinai, em Arish. A Inglaterra atuou com perfeição entre os judeus e palestinos. Para os judeus ela pareceu favorável à imigração e à fundação do Estado sionista e ao mesmo tempo afirmava aos árabes, que há muito tempo já viam profundamente descontentes com o Império Otomano, que um Estado árabe na Palestina seria fundado. Dessa forma os ingleses garantiam a posse das terras palestinas, plantando a semente do conflito entre árabes e judeus e se mantendo como a “mediadora da paz”. Havia também uma preocupação enorme com as terras do Oriente Médio devido o seu valor econômico, os ingleses pensavam em afastar rivais imperialistas da região.

1.3 A PALESTINA ANTES DO SIONISMO

A Palestina no século XIX era uma área pouco expressiva em termos econômicos e sociais, marcada por uma infra-estrutura precária possuía apenas um tesouro: a cidade de Jerusalém. Promissora para três religiões (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo) que a muito se desenvolviam na região.

A Palestina apresentava uma economia muito rudimentar para um mundo capitalista. A indústria era pouco expressiva e intimamente ligada à agricultura a maioria da população ocupava-se da atividade comercial, do artesanato e da agricultura. Um terço dessa população era nômade e seminômade (um número irrisório dessa população professavam a religião judaica) (YAZBEK, 1987, p.16)

Em uma época de plena expansão capitalista a região palestina ainda era extremamente rural, a maior parte da terra agrícola pertencia a grandes proprietários que em muitos casos moravam fora da Palestina, administravam a distância suas propriedades, cultivadas por camponeses de baixa renda.

Por mais incrível que pareça, nos dias atuais, a Palestina do século XIX cultivava em seu seio uma harmônica convivência entre judeus, mulçumanos e cristãos. Povoavam a região e sofriam juntos com a corrupção do Império Otomano e com o oportunismo

estrangeiro. A Palestina não era ,portanto, uma terra vazia. Seus habitantes viviam em centenas de aldeias. Durante o final do século XIX, pouca importância foi dada à presença de judeus no país. Havia pequenas comunidades judaicas na Palestina. Algumas delas estavam baseadas em cidades de significância religiosa, como Jerusalém, Hebron e Safed. Essas comunidades já existiam há tempo e viviam em paz com seus vizinhos árabes. Além disso, durante o século XIX, havia uma colonização ^{de} ~~de~~ pequena escala : pequenas comunidades judaicas tinham criado colônias agrícolas nas áreas rurais da Palestina. (COHN-SHERBOK;EL-ALAMI,2005,p. 122)

Administrativamente a Palestina estava dividida em três distritos: o de Jerusalém, governado por Constantinopla; o de Nablós e Akka. A população nesses três distritos aproximava-se ~~de~~ 600 mil habitantes (10% cristãos,4% judeus e uma grande maioria de muçulmanos sunitas). Com relação à legislação o Império Otomano respeitava as diferenças culturais e religiosas. A lei civil era essencialmente de caráter não religiosos. O código civil era baseado na lei francesa.

(...) Os modelos franceses foram seguidos substancialmente na elaboração do código penal , nos códigos civis e criminais e na lei comercial e marítima. Nos assuntos civis, apesar de as leis relativas á família de cada individuo terem sido deixadas de fora do processo de codificação da lei Shari'a (lei islâmica) tradicional nas áreas remanescentes foi feita conforme o esquema e a disposição dos códigos franceses. O código civil, ou Majallat al-Ahkam al-adliyya, compreendia disposições sobre contratos, delito,bens móveis e imóveis e evidencia.(COHN-SHERBOK;EL-ALAMI,2005, p.123)

2. PALESTINOS X JUDEUS: A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

No começo do século XX “a questão oriental” já despertava muito interesse entre as potências imperialistas na Europa. A pergunta era apenas uma: como dividir as terras do decadente Império Otomano sem causar muito frenesi entre os árabes? Foram os europeus que plantaram a semente do nacionalismo no Oriente Médio, estimularam os árabes a destruir o Império prometendo a implantação de um Estado árabe independente. Na verdade, as promessas faziam parte de um jogo de influências entre as potências européias que precisavam ganhar tempo para a divisão das terras, em contrapartida os Estados europeus não podiam esquecer dos sionistas que seriam de extrema utilidade no controle da região, visto que os mesmos gozavam de um padrão político e comportamental muito mais adequado aos moldes europeus do que os árabes.

2.1 A DECLARAÇÃO DE BALFOUR E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Com o início da Primeira Guerra Mundial ficou fácil desmanchar o Império Turco Otomano pois ele devia favores a várias potências imperialistas o que transformou o seu território em um campo de rivalidades européias. Os turcos aliaram-se a Alemanha e a Áustria , tal atitude foi definitiva para o desaparecimento total do Império. A nordeste os turcos encontravam-se entretidos com os russos enquanto que a leste os ingleses lhe tomaram o Iraque e ao sul uma força basicamente britânica aliada a árabes e franceses avançou pela a Arábia Saudita, Palestina e Síria.(GATAZ,2003,p.32-33)

A desintegração do Império levou a divisão das terras e foi nesse contexto que os sionistas viram a chance de concretizar o seu projeto de implantação de uma pátria judaica na Palestina. Depositaram todas as suas esperanças na Inglaterra. Chaim Weizmann ,líder dos judeus após a morte de Herzl⁶, estreitou ao máximo a sua relação com os líderes ingleses em especial com Arthur Balfour, Lloyd George, Hebert Samuel e Marquês Sykes. Tal aproximação resultou em um documento que pode ser considerado o passo inicial da construção do Estado de Israel. Tudo começou com a Declaração de Balfour escrita em dois de novembro de 1917, foi nesse bilhete endereçado ao banqueiro sionista Lord Rotschild que o Secretário do Exterior britânico , Arthur Balfour deixa claro o apoio político do governo inglês aos sionistas que rapidamente traduziram a mensagem em um

⁶ Líder do sionismo político já citado no capítulo 1.

aval para o começo das grandes ondas migratórias de judeus, era chegada à hora de povoar a Terra Santa

“Foreign Office, 2 de novembro de 1917

Prezado Lord Rothschild,

Tenho muita satisfação em comunicar-lhe , em nome do governo de Sua Majestade , a seguinte declaração de simpatia com as aspirações dos judeus sionistas que foi submetida e aprovada pelo gabinete :

‘O governo de Sua Majestade vê com aprovação o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e fará todos os esforços para facilitar a obtenção de tal objetivo, ficando claramente expresso que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas na Palestina ou os direitos e status político dos judeus em qualquer outro país.’

Eu agradeceria se V. Excia. Pudesse levar esta declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Sinceramente,
Arthur James Balfour.”(GATAZ,2003,p.43)

A França e a Itália aliadas de Londres na Primeira Guerra Mundial ratificaram espontaneamente a Declaração de Balfour antecipando a administração exclusiva do Oriente para o Império Britânico. Os Estados Unidos aprovaram-na somente em agosto de 1918.

Essa declaração foi uma grande surpresa para as comunidades árabes, após a Guerra. Ficava claro que os britânicos tinham escolhido os judeus para ajudar na construção de uma nova pátria. Os ingleses por sua vez tentavam em vão provar aos árabes que uma cláusula da Declaração evidenciava a preservação da população nativa ao garantir que seus interesses não seriam prejudicados. Uma cláusula não iria corrigir a incoerência de implantar uma pátria estrangeira em uma região dominada por árabes. Quando finalmente, no início do novo século, a população local alegrava-se por estar em liberdade, livre do Império Otomano, chegava a notícia de que uma nova pátria não-árabe seria implantada em seu território. Essa medida inglesa soa como uma terrível ofensa aos árabes que sentiram-se traídos pelos ingleses que tantas promessas lhe fizeram. A partir de então as reações árabes começarão a reagir de forma nem sempre diplomática mas constantemente fervorosa.

A Declaração foi incorporada ao Mandato Britânico o que lhe concedeu um caráter oficial. Em 1922 , o governo inglês emitiu um relatório que veio a ser conhecido como

“Documento de Churchill”. Nesse memorando estava os planos políticos britânicos para a Palestina. Os mais importantes princípios eram conforme o resumo do governo, os seguintes:

- Sua Majestade confirma a Declaração de novembro de 1917, a qual não é suscetível a mudanças.
- Uma pátria judaica será fundada na Palestina. O povo judeu se estabelecerá na Palestina por direito e não por sofrimento,mas o governo de Sua Majestade não tem por objetivo deixar que a Palestina se torne judaica como a Inglaterra é inglesa.
- O governo de Sua Majestade também não contempla o desaparecimento ou a subordinação da população, língua ou cultura árabe.
- O status de todo cidadão da Palestina será o de palestino. Nenhum setor da população terá qualquer status diferente aos olhos da lei.
- O governo de Sua Majestade pretende promover o estabelecimento de medidas integrais de autogoverno na Palestina,e,como próximo passo, um conselho legislativo com a maioria de membros eleitos será instituído imediatamente .
- A posição especial da Executiva Sionista não a credencia a participar em nenhum grau do governo do país .
- A imigração não poderá exceder a capacidade econômica do país na época, para absorver os recém-chegados.
- O comitê de membros eleitos do conselho legislativo irá deliberar sobre a administração de assuntos ligados à regulamentação da imigração.
- Qualquer comunidade religiosa ou setor considerável da população que afirmar que os termos do Mandato não estão sendo cumpridos terá direito a apelar à Liga das Nações. (COHN-SHERBOK;EL-ALAMI,2005,p.140)

O documento piorou as relações do governo britânico com os palestinos que não aceitavam nenhum tipo de negociação enquanto a Declaração de Balfour não fosse anulada. O memorando não faz, em momento algum, referência ao autogoverno palestino pelo contrário fica muito claro a proteção e cooperação com os anceios judeus. O grande problema dos palestinos estava relacionado as ondas migratórias judaicas, uma geração de camponeses sem-terras árabes estava se formando, além do que, muitos postos de trabalhos surgiram o que gerou desenvolvimento para os judeus e desemprego e discriminação para os palestinos.

Segundo histórico da questão palestina elaborado pelas Nações Unidas em 1990, “em seu rápido avanço em direção ao ‘lar nacional’, a organização Sionista manteve uma política estrita do que seria , nos termos de hoje, chamado de discriminação racial. Apenas trabalhadores judeus poderiam servir nas fazendas e assentamentos”. O resultado dessa política foi a eclosão de protestos violentos por parte da população árabe nativa, que se via expulsa de sua terra e de seu trabalho, e não era representada nas instituições administrativas. (GATAZ,2003,p.62-63)

2.2 A ADMINISTRAÇÃO BRITÂNICA

O mandato britânico na Palestina foi muito mais difícil do que os ingleses imaginavam. O governo de Sua Majestade enfrentou muitas conferências (árabes e judias), protestos e difíceis negociações, nem sempre com resultados positivos. Seus comissários, oficiais e ministros tiveram muito trabalho para implantar a base política e administrativa do que hoje se conhece como Estado de Israel.

Em 1919 duas conferências acontecem para discutir a Questão Palestina. Do lado judeu a Conferência de Paz de Paris, que serviu na verdade para reafirmar a Declaração de Balfour e traçar novos planos para a administração da região. Os árabes reuniram-se em Jerusalém, foi a primeira Conferência palestina, com representantes das comunidades muçulmanas e cristãs, nesta reunião atacaram o sionismo e discutiram sobre o destino político da Palestina. Diferentemente dos sionistas os palestinos não formularam nenhum plano prático, nenhum esboço de uma possível instituição para representá-los. Os judeus trataram de organizar-se em órgãos representativos, como por exemplo, a Federação Geral Trabalhista Judaica ou Histadut, para unificar os vários grupos trabalhistas sionistas e uma organização de defesa o Haganah, uma organização secreta treinada e armada sem o consentimento do governo inglês.

O governo britânico começa a efetivar a sua política de apoio através da nomeação de Hebert Samuel para o cargo de Alto-comissário e comandante-chefe. Esse homem é sem dúvida o grande responsável pelo desenvolvimento sionista da década de 1920, sob o seu mandato as imigrações judaicas foram oficializadas e estimuladas assim como a aquisição de terras pelos judeus foi facilitada. Dessa forma os judeus povoaram terras e criaram associações agrícolas, desenvolveram várias áreas palestinas, a economia começava a fortalecer-se. Samuel acreditava que os palestinos poderiam viver em harmonia com os judeus, em uma época tensa e conflitante na qual já começava a surgir ataques civis a árabes e judeus, ele tentou negociar com os palestinos, na maioria das vezes em vão. Os palestinos adotaram a política de não-cooperação.

Várias conferências vieram a acontecer e em cada uma delas tanto do lado palestino como do lado judeu ficava muito claro que novos órgãos sionistas iriam surgir cada vez mais fortes e que os palestinos estavam completamente perdidos nesse novo contexto. A

Terra Santa parecia irreconhecível, estava de cara nova. Enquanto os líderes palestinos incitavam revoltas e brigavam entre si pelo comando da situação os judeus compravam mais terras e recebiam mais imigrantes povoando a região com o puro sangue hebraico uma vez que os imigrantes eram selecionados de acordo com suas convicções políticas e religiosas, e não por suas qualificações.⁷ “No último ano da administração de Samuel, houve um aumento maciço na imigração judaica para a Palestina. De 1920 a 1923 , aproximadamente oito mil judeus se estabeleceram a cada ano na Terra Santa. Em 1924, a taxa aumentou para 13 mil. Em 1925, foram mais de 33 mil .” (COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2005, p.45)

Além das conferências outro ponto polêmico eram as criações de instituições representativas. As organizações sionistas durante o Mandato britânico, eram o Executivo sionista reconhecido oficialmente pelo Mandato e o Conselho nacional composto pelo Histadut ligado às atividades econômicas e pelo Haganah, as forças armadas judias. Os palestinos tinham o poder do Grande-Mufti em Jerusalém que representava os mulçumanos em escala espiritual e temporal e o Conselho Supremo Mulçumano responsável pelos assuntos financeiros e legais. As instituições árabes eram descendentes do Império Otomano, nada novo foi criado. Ao contrário dos sionistas os palestinos não possuíam um grupo armado organizado. Seus protestos, que quase sempre acabavam com mortes de judeus, provocavam retaliações judaicas e o governo inglês quase sempre culpava por esses confrontos os palestinos que na verdade encontravam-se em desvantagem militar .

O Haganah reorganizou-se na década de 1930 ,diante do aumento das hostilidades entre árabes e judeus. Esse órgão dividiu-se em duas facções : o Irgun Zvai Leumi (organização do Exército Nacional), mais conhecido simplesmente por Irgun ,grupo saído do Haganah, em 1938. fundado pelos estudantes David Raizel e Abraham Stern, da Universidade Hebraica de Jerusalém, o Irgun especializou-se em jogar bombas nos populosos mercados árabes das principais cidades palestinas.(SALEM, 1982, p.24) O Irgun era filiado a um movimento ativista da Letônia, o Betar. Liderado por Vladimir Jabotinsky, o Irgun era defensor de uma política de retaliação aos árabes o movimento era também

⁷ Dos 100 mil imigrantes chegados na década de 1920 apenas 6 mil não eram judeus. A porcentagem de judeus na região , neste período , passou de 10% para cerca de 17%.

conhecido como revisionista de direita; Os membros do Haganah que não seguiram os revisionistas uniram-se a David Ben-Gurion e formaram o Histradut-Haganah. A partir do final da década de 1930 iniciava-se a formação de grupos armados que teciam as suas próprias leis e desejavam de fato promover uma verdadeira “limpeza” na Palestina. Apresentavam decisões e comportamentos que atualmente se enquadrariam perfeitamente ao que o mundo Ocidental convencionou a chamar de: terrorismo⁸.

Maior influência teve o grupo revisionista, liderado pelo ultranacionalista Vladimir Jabotinsky, considerado uma das figuras mais sinistras da história do sionismo, que introduziu no movimento um chauvinismo, militarismo e autoritarismo sem precedentes, além de demonstrar uma atitude negativa com relação aos próprios judeus. Os revisionistas queriam transportar grandes massas de judeus da Europa Oriental para a Palestina e previam a hostilidade dos palestinos. Como consideravam a transferência de judeus para a Terra Santa um imperativo moral, concluía-se que a oposição árabe era imoral, portanto deveria ser esmagada.

Ao longo dos anos 1920 e 1930(...) veio a prevalecer a idéia de David Ben-Gurion – a de que, uma vez estabelecido o Estado de Israel, os árabes que ali permanecessem seriam expulsos à força, assim como seriam obtidas novas terras para os assentamentos judeus.(GATAZ,2003, p. 62)

As animosidades entre os árabe-palestinos e os judeu-sionistas chegaram ao seu auge com a chamada “Crise do Muro das Lamentações”, em 1929. Reconhecido como um patrimônio religioso, esse monumento foi palco de terríveis conflitos civis. O muro das Lamentações, considerado pelos judeus como um dos últimos vestígios do Templo de Salomão, é parte da grande plataforma na qual estão o Domo da Rocha e a Mesquita Aqsa.⁹ Além disso, o Muro das Lamentações é considerado pelos muçumanos como o local do portão através do qual a mítica criatura Buraq carregou o Profeta. O lugar é, portanto, de grande significado para ambas as comunidades.(COHN-SHERBOK;EL-ALAMI,2005,p.145)

⁸ Método que consiste no uso da violência, física ou psicológica, por indivíduos, ou grupos políticos, contra uma ordem estabelecida através de um ataque a um governo ou à população que o legitimou, de modo que os estragos psicológicos ultrapassem largamente o círculo das vítimas para incluir o resto do território.

⁹ As duas mesquitas que ficam no Haram al-Sharif, o “Nobre Santuário”, são freqüentemente confundidas. A Mesquita Aqsa foi construída originalmente pelo califa Umar no século VII. Foi destruída duas vezes por terremotos e a atual estrutura data do século XI. O Domo da Rocha, com seu inconfundível Domo Dourado, foi construído ao redor da rocha, em que o profeta Maomé ascendeu na “jornada noturna” aos sete véus. Foi construída pelo califa Abd al-Malik ibn Marwan, entre 687 e 691.

Em 1928, imediatamente antes do Yom Kippur¹⁰ uma tela foi implantada para separar as mulheres no pavimento ao lado do Muro. Esse ato gerou revolta nos palestinos que rapidamente queixaram-se às autoridades britânicas, essas por sua vez ordenaram a retirada imediata do véu já que segundo a lei do Mandato a instalação de acessórios em lugares santos era terminantemente proibida. Os judeus consideraram a ação um ato de desrespeito à cultura judaica e afirmaram que árabes e ingleses estavam atentando contra a liberdade religiosa.

A violência começou em agosto de 1929, na cidade de Jerusalém e se espalhou rapidamente por toda a Palestina. Os britânicos precisaram trazer reforços de tropas do Egito e de Malta para conter a luta entre as comunidades.

“Em 23 de agosto, irritados com rumores de que os santuários muçumanos em Jerusalém estavam em perigo, milhares de camponeses árabes dirigiram-se à Cidade Santa. Segundo o relato do jornalista norte-americano Vicent Sheean, que testemunhou o início dos distúrbios, quando os árabes aproximaram-se da sessão judaica da cidade, um judeu atirou uma granada na multidão, matando duas pessoas. A fúria tomou conta dos árabes, e os conflitos espalharam-se por outras partes da Palestina, matando 220 pessoas, entre judeus, árabes e ingleses.” (GATAZ, 2003, p.63-64)

A “Crise do Muro das Lamentações”, colocou em xeque não só diferenças religiosas mas evidenciou outras disparidades: a inexistência de representatividade administrativa e os sérios problemas econômicos que assolavam os camponeses árabes, impulsionando-os a confrontar fisicamente com os judeus e principalmente com os ingleses.

A Inglaterra era a mais atacada pois àquela altura dos acontecimentos era considerada a grande culpada pelos conflitos já que não governara, em momento algum, a favor dos palestinos. Preocupado com a violência da região o governo britânico providenciou a instalação de uma comissão para investigar e analisar as causas dos distúrbios.

¹⁰ o Dia do Perdão (ou das Expições), cai no décimo dia de Tishrei, o sétimo mês do calendário judaico. É o dia mais solene do ano judaico.

A Comissão Shaw foi a primeira enviada para tentar solucionar a crise da década de 1930. Em seu relatório alertava para a restrição da venda de terras e da imigração de judeus. Era mais um documento que rapidamente se convertia em letra morta, as comissões constataavam o óbvio: os judeus tornavam-se maioria e os árabes enfraqueciam cada vez mais e na busca insesante por representação acabavam-se por enveredar pelo caminho da violência. Diante de conclusões evidentes o governo de Londres não reagia, não adotava nenhuma estratégia para de fato amenizar a situação. Era notório na década de 1930 que os ingleses haviam perdido completamente a credibilidade diante das comunidades judaicas e palestinas e que de mediadores passaram a inimigos, principalmente dos árabes.

Em 1936 uma Comissão Real desembarca na Palestina, diferentemente das outras missões a Comissão Peel, liderada pelo Lorde Peel, procurou reunir-se com as duas comunidades publicamente e em particular. Concluiu mais uma vez o óbvio: os árabes desejavam independência política e temiam o estabelecimento de uma Pátria Judaica. A Comissão trazia em sua bagagem o primeiro plano de partilha para a região e afirmava que,

“considerando a atitude que tanto os representantes árabes como os judeus adotaram ao nos apresentar evidências, achamos que é improvável que qualquer uma das partes fique satisfeita, à primeira vista, com as propostas que submetemos para o ajuste das reivindicações rivais. Pois a divisão significa que nenhuma delas terá o que quer. Significa a exclusão da sua soberania sobre uma parte do território ocupada e há muito e governada por eles. Significa que os judeus terão que se contentar com menos do que já pertenceu a Israel, que eles esperavam conquistar novamente. Mas a nós parece possível que ambas as partes venham a perceber que as desvantagens da divisão são superadas pelas suas vantagens. Pois, se ela não oferece a nenhuma das partes tudo o que desejam, oferece o que elas mais querem, ou seja, liberdade e segurança.” (COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2005, p. 149)

O relatório da Comissão recomendava que o atual Mandato fosse abolido, exceto na região de Jerusalém, e seguindo um corredor até a Costa Mediterrânea, ao sul de Jaffa. O território sobre autoridade inglesa seria dividido entre um Estado Árabe e um Estado Judeu. O território judeu seria territorialmente menor do que árabe, em função do seu pequeno contingente populacional. Ocuparia basicamente a região norte, de Monte Carmel até o sul de Be'er Tuvia, assim como o Vale de Jezreel e a Galiléia. O território árabe seria mais a

região sul, que incluía Judéia, Samaria e o grande, porém economicamente nulo, deserto de Negev. Grande parte do território separado para os árabes era mesmo o infértil deserto.¹¹

A Comissão também propunha que, além da separação de territórios, deveria ser feita uma separação de população. As pessoas deveriam ser transferidas para o Estado ao qual deveriam fazer parte. Obviamente, esse plano não seria eficiente. Famílias árabes que habitavam a região, que a chamavam de casa, que traziam sua história com aquela região, seriam obrigadas a se mudar para uma outra, nova parte, para que um Estado Judeu fosse criado naquele local. Os números da população a ser transferida mostravam que o plano era muito mais eficiente no papel do que posto em prática. Mais de 225 000 árabes deveriam ser transferidos, contra 1250 judeus.¹²

2.3 A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Com o pressagiar da Segunda Guerra Mundial as comunidades da Palestina também tinham que se aliar a alguma potência, os judeus declararam apoio à Inglaterra, apesar do descontentamento com o Memorando de 1939,¹³ e os árabes aos alemães. No desenrolar do conflito os sionistas organizam tropas para a Guerra com o intuito de garantir benefícios econômicos e sociais, os árabes ao apoiar o Eixo intensificou as ondas de greves e protestos.

A partir dos anos de 1940 os árabes organizaram a Liga Árabe, diante dos palestinos ela não causou muito frisson pois despertava incredibilidade devido ao fato de ter recebido apoio dos britânicos e de ter sido composta por líderes ligados, de alguma forma, à Grã-Bretanha. O Mufti acreditava que a Liga tinha sido formada para tentar resolver a Questão Palestina, camuflando a influência Ocidental.

Ainda nos anos de 1940 os judeus aumentaram consideravelmente a compra de terras, “por volta de 1947, dois milhões de dunums¹⁴ de um total de sete milhões era de posse dos judeus” (COHN-SHERBOK;EL-ALAMI,2005, p.156). O Executivo sionista tinha total liberdade para autorizar a compra das terras.

Com o fim da Guerra em 1945 o cenário das relações diplomáticas mudam, a Organização das Nações Unidas (ONU) substitui a Liga das Nações e os Estados Unidos e

¹¹ Disponível em http://www.orientemedio.com.br/edicao_8

¹² Disponível em http://www.orientemedio.com.br/edicao_8

¹³ O documento estabelecia que entre 1939-44, apenas 75 mil judeus poderiam imigrar para a Palestina e após esse período, toda a imigração deveria ser submetida aos árabes.

¹⁴ Medida agrária de alguns países.

União Soviética (URSS) na qualidade de grandes vencedores da Guerra assumem várias negociações diplomáticas. Com relação a Questão Palestina ambos apoiaram a instalação do Estado de Israel.

Em 1947 arrasada pela Guerra e incapaz de manter o seu domínio na Palestina a Inglaterra comunica a sua retirada do país para 15 de maio do mesmo ano. o futuro da Palestina estava nas mãos da ONU e porque não dizer dos EUA que tornou-se o grande mediador do Coflito, desde a fundação de Israel até os dias atuais.

Em 14 de maio de 1948, Ben-Gurion líder da Agência judaica proclamou a fundação do Estado de Israel. Os árabes sentindo-se injustiçados, pois em momento algum vieram a ter o direito de participar do plano de partilha (ver anexo 2) ao contrário do que aconteceu com os sionistas que tinham um grande suporte internacional financeiro e organizacional, e portanto, participaram do processo de fundação da Pátria judaica, declararam guerra no dia seguinte ao Estado sionista.

Sem condições de competir com Israel os ^{árabes} palestinos foram derrotados com facilidade e rapidamente os judeus aumentaram o seu território que segundo a ONU deveria ter 14 942 Km² passaram a ocupar 78% do território com 20 673. os palestinos inicialmente contaram com 11 203 Km² desapareceram do mapa antes mesmo de se oficializarem. O Estado sonhado por Herzl finalmente tornava-se realidade.

Considerando a conjuntura internacional desse período, delineada pela Guerra Fria, e considerando que os principais atores do sistema internacional tinham consciência de que tal decisão causaria a hostilidade dos países árabes, altíssimos custos militares, políticos e econômicos vieram a ser acarretados, uma vez que a Liga Árabe declarou não reconhecer uma decisão que considerava ilegal. Os EUA não tinham nenhuma expectativa de ganho com o apoio à criação de Israel, pelo contrário, esse evento acarretou pesados custos à nação norte-americana, advertidos permanentemente pelos Secretários de Estado e Defesa. A decisão pró-Israel foi uma iniciativa do Presidente Truman para defender seu interesse pessoal nas eleições seguintes, quando pretendia contar com o apoio da comunidade judaica de seu país. Quanto à decisão soviética, não há uma compreensão conclusiva. Stalin, durante muitos anos, um antagonista intransigente do projeto sionista, surpreendeu a todos

apoiando de última hora a criação de Israel, na votação na ONU. ¹⁵(GOMES,AURA REJANE)

O presidente Truman precisava dos votos da comunidade judaica norte-americana e dessa forma montou uma estratégia de represália econômica para os países que viessem a contestar a partilha da Palestina, entre os países que sofreram ameaças de retaliações financeiras estavam a Índia e o Irã ,por exemplo.

O Brasil teve uma participação importante na fundação do Estado de Israel. Graças a Oswaldo Aranha , o então presidente da Assembléia Geral da ONU, os sionistas tiveram tempo suficiente para ‘convencer’ os países contrários a mudarem o seu voto. A votação estava marcada para o dia 26 de novembro mas foi estrategicamente adiada para o dia 28 do mesmo mês. Oswaldo Aranha havia sido orientado pelo governo brasileiro a defender a mesma posição dos que fosse assumida pelos Estados Unidos – e não necessariamente defender a posição sionista.

Segundo Tuci Carneiro em *o anti-semitismo na Era Vargas* Oswaldo Aranha como Ministro das Relações Exteriores durante o Estado Novo (março de 1938 a agosto de 1944), foi um dos principais responsáveis pela política que procurou restringir a imigração de judeus para o Brasil durante os anos em que estes foram obrigados a fugir do nazismo. Podemos concluir que ao favorecer o plano sionista de transferência dos refugiados judeus para a Palestina, Oswaldo Aranha tenha vislumbrado a possibilidade de que os judeus deixassem de imigrar para o Brasil, e que “Copacabana voltasse a ser carioca” (ARANHA,OSWALDO. apud LESSER,1995,p.22). Embora apoiasse formalmente a causa sionista suas verdadeiras razões eram anti-semitas.

¹⁵ Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759/>

3.0 - OS CONFLITOS E OS ACORDOS DE PAZ DE OSLO

Após a fundação do Estado de Israel os rumos das negociações entre os judeus e palestinos se perdem. Tornava-se evidente que uma guerra tinha sido instalada no Oriente Médio e não se restringia a palestinos e judeus, no instante em que o Estado de Israel foi instituído o mundo árabe declarou guerra aos judeus, o conflito permanece até os dias atuais e não consiste, e nunca consistiu, apenas em uma querela étnica e religiosa. A Questão Palestina é um dos problemas políticos mais em pauta no Mundo atual, talvez por denunciar a ineficiência da diplomacia ocidental na resolução do conflito árabe-israelense. Há um choque terrível entre as resoluções diplomáticas e a execução destas, em áreas dominadas por uma aliança entre Estado e religião.

O fracasso das negociações de paz está intimamente relacionado à não compreensão da base religiosa do conflito. A não separação entre Estado e religião é um dos maiores dilemas enfrentados pelos mediadores do conflito que não conseguem entender como um povo pode organizar um sistema social, no qual a vida econômica e jurídica seguem orientações religiosas. É o confronto entre o Estado religioso oriental e o Estado laico ocidental.

A partir de 1948, várias guerras explodiram na Palestina¹⁶. Os países árabes perceberam tarde demais que com a instalação de Israel, o Oriente Médio passaria a sofrer interferência direta das potências ocidentais, em especial dos Estados Unidos da América. Esse por sua vez apresentava uma forma de conduzir a Questão muito diferente dos ingleses. Os Estados Unidos assumiram a condição de mediador do conflito após a Segunda Guerra Mundial, no contexto político da Guerra Fria. As negociações com certeza tendiam a mudar pois o novo mediador do conflito era nada mais nada menos do que uma das grandes potências da época, a vencedora da Segunda Guerra, a grande idealizadora e por que não dizer a principal influência da ONU.

Sem dúvida alguma os lugares mais difíceis de serem influenciados nesse novo contexto mundial, eram os países dominados por árabes. A cultura árabe sempre foi muito resistente aos valores ocidentais, essa conduta que já persistia há séculos não mudou com a Guerra Fria. Israel foi criado aos poucos desde as primeiras imigrações no final do século

¹⁶ Guerra de 1948-49; Guerra de Suez; Guerra dos Seis Dias; Guerra do Yom Kippur ou Ramada; Invasão israelense do Líbano; Intifada e Nova Intifada.

XIX mas a sua oficialização, enquanto Estado foi arrastada pela Inglaterra ao máximo. Após a Segunda Guerra Mundial, como já foi dito os Estados Unidos assume o controle do conflito e rapidamente, sem negociação alguma, resolve o problema dos judeus, instalando o Estado judaico. Isso mostra para os árabes o poder de decisão que esse novo mediador possui no mundo, o que é assustador para todos eles. Estava constatado que Israel seria uma célula ocidental implantada no Oriente Médio, principalmente pelo governo norte-americano, com o objetivo de exercer influência sobre a região em troca de benefícios e proteção. Essa parceria entre Israel e Estados Unidos contribuiu muito mais para o aumento das hostilidades existentes e cada vez mais aprimoradas na região.

Os acordos firmados entre Israel e os países vizinhos nos meses de fevereiro a junho de 1949 não garantiram a estabilidade na região, visto que os Estados árabes não reconheceram a existência de Estado de Israel. Ao longo da década de 1950 reforçaram-se os antagonismos, traduzidos em atos políticos, econômicos e militares – tais como o boicote árabe aos produtos israelenses, o fechamento do Golfo de Tirana e do Canal de Suez aos navios israelenses, ataques de feddayen¹⁷ através das fronteiras de Israel e, por parte de Israel, freqüentes retaliações contra os árabes residentes em Israel.

Entre as formas de perseguições e discriminações da população árabe, mais usadas pelo governo de Isarel podemos citar:

1. Restrição de movimentação dos indivíduos árabes;
2. Continuidade dos governos militares nos distritos vilarejos e localidades árabes;
3. Destruição ou dessacralização de igrejas, mesquitas, santuários, cemitérios e outros santuários árabes – mulçumanos ou cristãos;
4. Desaparecimento de pequenas cidades e vilas ;
5. Venda compulsória ao governo de grãos árabes por preços menores dos que os pagos aos cultivadores judeus;
6. Expropriação de terras;

¹⁷ Aquele que morre por uma causa.

7. Aprovação de leis de Nacionalidade e de Terras que negam aos árabes os mesmos direitos e privilégios dos cidadãos judeus;
8. Cobranças de impostos sobre terras que a comunidade árabe não pode cultivar;
9. Aterrorização de minorias árabes com ataques armados e buscas sob vários pretextos falsos.

3.1- A CRISE DE SUEZ

Nos primeiros anos após a independência política Israel enfrenta problemas econômicos, sendo ainda basicamente um país agrícola necessita pelo menos se tornar autosuficiente em sua produção, para tanto precisa de ajuda estrangeira. O capital externo logo chega a Israel ,com as ajudas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

O Governo israelense teme que esses benefícios venham a faltar no futuro já que em 1953 o Secretário de Estado americano, John Foster Dulles, decidiu suspender a ajuda em resposta aos ataques a aldeias árabes nas fronteiras. Para garantir ajuda financeira e proteger o novo Estado Ben-Gurion decide formar uma aliança com a Inglaterra e a França que intencionavam tomar o Egito e controlar o Canal de Suez e a Península do Sinai .

No Egito a situação era delicada, o rei Farouk , pró-europeu, foi derrubado por Gamal Abdel Nasser em 1953, que procurou instalar uma política nacionalista e panarabista¹⁸. Sua primeira manobra política de efeito foi a guerra que declarou contra o recém-criado Estado de Israel, segundo Nasser os árabes teriam sido humilhados na Guerra de Independência Israelita. Com os clamores de outros países árabes para uma nova investida contra os judeus, Nasser aliou-se à Jordânia e à Síria.

Em 1956, Nasser, materializando seu ódio ao Ocidente, nacionalizou o Canal de Suez, até então propriedade de um consórcio anglo-francês, isso preocupou os Estados Unidos e a União Soviética, pois necessitavam do canal para seus interesses colonialistas na África e Ásia. Assim, a França, o Reino Unido e Israel, declararam guerra ao Egito de Nasser e cuidaram da ocupação do país. Os europeus cuidaram de bombardear e lançar

¹⁸ Política que vislumbrava a formação de uma única e poderosa nação árabe.

pára-quadistas em locais estratégicos, enquanto os israelitas cuidaram da invasão terrestre, invadindo a península do Sinai em poucos dias.

Na Europa esta guerra foi denominada de a “Guerra de Suez”. Israel a chama de “Campanha do Sinai”. Num rápido avanço, as forças israelenses atravessaram o deserto do Sinai, tomando a cidade egípcia de Port Said.

A guerra no Egito perturbou a paz que vinha sendo mantida entre Washington e Moscou. Eisenhower¹⁹ era contra a invasão a Israel. Os Estados Unidos tentaram várias vezes fazer os europeus mudarem de idéia e retirar os ocupantes do Egito, ao mesmo tempo que Khrushchev²⁰ demandava respostas. Ele afirmava que "modernas armas de destruição" seriam usadas em Londres e Paris.

A União Soviética, ciente de que Nasser era inimigo declarado do Ocidente, pressiona para a Inglaterra, a França e Israel abandonarem o território egípcio. Os Estados Unidos, que buscavam seduzir Nasser para evitar que ele pendesse para o lado soviético, também exigiram o recuo daqueles três países, que foram obrigados a ceder diante de pressões tão poderosas. Nasser, após ser militarmente humilhado, tornou-se politicamente vitorioso: o homem que humilhara a Europa Ocidental. O Reino Unido e a França foram forçadas a perceber que não eram mais líderes políticos do mundo, enquanto o Egito manteve sua política nacionalista e, mais tarde, pró-soviética. Os Estados Unidos por sua vez decepcionou os seus aliados, pois não conseguiu controlar o seu jovem discípulo (Israel) e se não bastasse ainda teve que ver a sua arquirival, a União Soviética aumentar o seu poder de influência internacional.

3.2 - A GUERRA DOS SEIS DIAS

Após o conflito, Israel tinha que restabelecer a sua amizade com os Estados Unidos que tinha deixado bastante claro que se as preocupações norte-americanas não fossem levadas em consideração à ajuda governamental seria cessada e sanções contra Israel seriam adotadas pela ONU. Dessa forma estava definido quem ditava as regras e quem

¹⁹ Dwight David Eisenhower (1890 - 1969) foi presidente dos Estados Unidos da América entre 1953 e 1961 e comandante supremo das forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial.

²⁰ Nikita Serguêievitch Khrushchov foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1953 e 1964.

deveria obedecer. Israel tinha sido implantado, definitivamente, como uma célula ocidental no Oriente Médio.

Durante dez anos a paz entre Israel e Egito foi mantida. Em uma década Israel cresceu consideravelmente, “de 1956 a 1957, mais de 120 mil imigrantes chegaram (...) além disso, houve um influxo de imigrantes da Europa Oriental. Por volta de 1965, o PIB de Israel tinha crescido duas vezes e meia desde 1952. Esse desenvolvimento fortaleceu muito a posição de Israel no Oriente Médio.” (O'BRIEN apud. COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2005, p.71).

Do lado árabe a Jordânia tornou-se aliada dos Estados Unidos, a partir de 1957 quando o governo pró-Nasser, foi deposto em troca de benefícios e o rei Hussein assume o poder. A Síria continuava com aspirações nacionalistas sob a influência de governos de esquerda, a partir de 1962. Estimulados principalmente pelos egípcios os exilados palestinos fundam a sua própria organização. Em 1964, era criada a Organização da Libertação da Palestina (OLP), uma “frente ampla” de movimentos palestinos, todos irmanados pelo desejo de destruir Israel. De início, a OLP coordenou suas ações políticas e militares com os governos dos Estados árabes; a partir de 1967, a organização palestina, descontente com a incompetência militar das nações árabes, passou a práticas terroristas contra objetivos israelenses e americanos, tais como atentados, sabotagens e seqüestros de aviões civis, estes na intenção de negociar a libertação de seus militantes detidos pelo Estado judeu. Nessa segunda fase de operações, começou a despontar a liderança de Yasser Arafat, chefe do principal grupo da OLP, a AL-FATAH.

Em 1967 a trégua entre judeus e árabes chegava ao fim. No final dos anos de 1960 as tensões entre judeus e árabes chegam ao auge com a Guerra dos Seis Dias. Era a época da Guerra do Vietnã, ou seja as duas superpotências encontravam-se envolvidas nesse conflito e a situação no Oriente Médio fica muito delicada. A Guerra dos Seis Dias foi um conflito armado entre Israel e a frente árabe, formada por Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão.

O crescimento das tensões árabe-israelenses, em meados de 1967, levou ambos os lados a mobilizarem suas tropas. Antecipando um ataque iminente do Egito e da Jordânia,

Israel surpreendeu as nações aliadas, lançando um ataque preventivo e arrasador à força aérea egípcia. O plano traçado pelo Estado-Maior israelense, chefiado pelo general Moshe Dayan, começou a ser posto em prática às 8 horas da manhã do dia 5 de junho de 1967, quando os caças israelenses atacaram nove campos de pouso e aniquilaram a força aérea egípcia antes que esta saísse do chão. Ao mesmo tempo, forças blindadas israelenses investiam contra a Faixa de Gaza e o norte do Sinai. A Jordânia abriu fogo em Jerusalém e a Síria interveio no conflito.

Extremamente rápida, a ofensiva israelense, usando habilmente a combinação de blindados e força aérea, desmontou a máquina de guerra árabe. O controle de Jerusalém foi de considerável importância para o povo judeu por causa do valor histórico e religioso, já que a cidade era judaica ^{antes} há 3000 anos até ser tomada pelo império Turco-Otomano, e assim, iniciou-se a fuga dos palestinos de suas casas. Com o fim da Guerra dos seis dias Israel passou a ocupar toda a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, a península do Sinai e as Colinas de Golã. (ver anexo 3)

A guerra trouxe repercussões imediatas sobre a vida dos 1 400 000 palestinos que residiam na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. Desses cerca de 500 000 tornaram-se refugiados. Desde 1948 o número de exilados palestinos já chegava a 1 500 000 e se concentravam principalmente na Jordânia, mas também na Síria, Líbano e em outros países árabes. (GATAZ, 2003, p. 146-147)

A guerra fez explodir o nacionalismo Palestino. Organizações Terroristas como a Al Fatah e partes da OLP realizam ataques terroristas contra alvos em Israel, na esperança de recuperar as terras que eles julgam ser deles. Em Novembro de 1967 as Nações Unidas aprovam a Resolução 242, Que ordena a retirada de Israel dos territórios ocupados e a resolução do problema dos refugiados.

A ONU se pronunciou através da Resolução 242, que exigia o retorno dos israelenses às fronteiras anteriores ao conflito, ou seja, disfarçadamente a ONU aceitou a jurisdição de Israel sobre os território ocupado na Guerra de 1948²¹. Apesar de pretender o

²¹ Referente ao capítulo dois do trabalho.

estabelecimento da paz na região, não cita claramente a Palestina, refere-se apenas ao “problema dos refugiados” e quando trata da preservação da Independência dos Estados na região os palestinos são automaticamente excluídos. Esse documento, desde então, tornou-se básico nas discussões sobre o processo de paz na região.

Israel não aceitou as imposições da Resolução e afirmou que só se retiraria do território conquistado se o reconhecimento do seu Estado fosse efetivado por parte dos Estados árabes. Com o fim do conflito o mundo árabe ficou completamente abalado e Israel emergiu como potência econômica e militar do Oriente Médio.

3.3 - AS REPRESENTAÇÕES PALESTINAS E OS ACORDOS DE PAZ DE OSLO

Com a instalação do Estado de Israel, em 1948, inicia-se o problema dos refugiados árabes, a diáspora palestina na qual milhares de palestinos vagam pelo Oriente Médio ou pelo Mundo em busca de subsistência e proteção. ‘Entre novembro de 1947 e maio de 1949 cerca de 25 000 palestinos tornaram-se refugiados,abrigoando-se nas cidades palestinas que ainda não tinham sido tomadas pelos sionistas, ou nos países vizinhos – especialmente Transjordânia, Líbano e Síria. Ao final de 1949, esse número ultrapassava mais de 750 000 pessoas’.(GATAZ,2003, p.117)

Nesse contexto perturbador surgirá,em 1958, a organização conhecida como “Fatah” ou “Al-Fatah” entre os seus idealizadores encontrava-se aquele que veio a ser a maior liderança palestina do século XX: Yasser Arafat. Admirador das idéias nacionalistas de Nasser, líder do governo egípcio, Arafat dedicará a sua vida ao que considerava ser as principais causas dos palestinos: a aniquilação do Estado israelita e a instalação do Estado palestino.

Ainda em 1958 ,Nasser convoca as lideranças árabes para discutir problemas de ordem estrutural provocados pelos israelenses como, por exemplo, o desvio de água do Rio Jordão para o deserto do Negev. Aproveitando a presença dos líderes árabes o presidente do Egito propõe a criação de uma organização para representar os palestinos visto que os mesmos ainda encontravam-se completamente desorganizados, com vários núcleos de

decisões que raramente chegavam à um consenso único. Essa instabilidade política entre os palestinos foi detectada principalmente pela ONU já no início dos anos de 1950 o que veio a acarretar uma certa incredibilidade com relação à causa palestina.

“Os palestinos eram derrotados porque lhes faltava organização, lhes faltava apoio, seja europeu, seja oriental. Foram sempre apoiados por árabes mais desorganizados do que eles. As Nações Unidas faziam resoluções que não eram cumpridas por Israel, um país que sempre teve apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra e até, naquele tempo, da França e da União Soviética. Os palestinos batiam em todas as portas para ter uma ajuda, para poder ficar na Palestina, ou para poder criar seu lar próprio, como Israel. Infelizmente foi negada ajuda de todos os lados. A situação chegou ao cúmulo de, em 1952, as Nações Unidas riscarem a questão palestina de suas resoluções. Ali os palestinos viram que não tinham outra condição a não ser organizar-se bem para ter um lugar no chão. E assim foi criada a OLP, que começou a lutar militarmente contra Israel.” Hasan El-Emleh presidente da Federação Árabe-Palestina do Brasil.²²

*de quem
é a citação*

A Organização Para Libertação da Palestina (OLP) foi criada em 1964, durante o 1º Congresso Palestino, na cidade de Jerusalém e inicialmente liderada pelos setores conservadores do mundo que eram representados pelo líder palestino Ahmad al-Shukairy. A fundação da OLP foi recebida com um pouco de receio pelos setores mais jovens do movimento representados pelo Al-Fatah. O Fatah posiciona-se igualmente como os grupos terroristas judeus por exemplo, o Irgun,²³ já a OLP apresenta um status de mediadora dos interesses palestinos em negociações. Não seria difícil imaginar que havia muitas divergências entre essas duas organizações, o Fatah queria o apoio da OLP em seus ataques terroristas aos israelenses e a OLP, temendo o fim do patrocínio da Liga Árabe, enfatizava a necessidade de negociar, de conquistar aliados através de um comportamento diplomático.

Diplomacia era tudo que a maioria dos militantes palestinos rejeitavam no final da década de 1960, com a vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias. A OLP no decorrer dos anos de 1960 mas precisamente em 1967, começa a apresentar sinais de desgaste. Os militantes desejam uma representação mais enérgica com relação ao avanço israelense. O

²² Disponível em www.tvcultura.com.br

²³ Referente ao capítulo 2 do trabalho

único, naquele momento, capaz de proporcionar tal energia era o líder do Fatah, Arafat. Com ele a OLP passa a organizar-se militarmente e controla as massas palestinas espalhadas pelos Estados árabes. Arafat tornou-se chefe do estado maior das Forças Revolucionárias Palestinas, dois anos mais tarde, em 1973, o líder político da OLP.

No seguimento da ambição da OLP em transformar a Jordânia num estado palestino (com o patrocínio da União Soviética), crescem neste tempo as tensões entre palestinos e o Governo da Jordânia, o que culminaria com o sequestro (e subsequente destruição) de quatro aviões pela OLP e na Guerra Civil Jordana^{na} de 1970-1971. Neste conflito, a monarquia jordan^{na}, com a ajuda de Israel, derrotou a OLP e a Síria, que se preparava para invadir a Jordânia em apoio da OLP.

A OLP não previu o óbvio, ao estimular uma política de tolerância zero gerou uma geração de palestinos que criavam as suas próprias leis chegando até a desrespeitar as autoridades dos países que lhes forneciam patrocínio ou asilo. Essa concepção política descontrolou a administração do órgão de tal maneira que chegou a perder o apoio de poderosas lideranças como é o caso do presidente do Egito, Nasser, que mesmo antes do final do seu mandato já não apoiava mais a causa palestina devido à invasão infundada na Jordânia (1970), em um encontro com palestinos na cidade de Alexandria disse: “não me venham com discursos heróicos de resistência. Eu quero manter Hussein (rei da Jordânia). Não estou pedindo que me contem os seus segredos, mas eu lhes digo: não tentem fazer uma coisa dessas”. (COHN-SHERBOK; EL-ALAMI, 2005, p.176)

A partir dos anos de 1970 a OLP começa a perder gradativamente o controle da causa defendida. Depois da derrota para a Jordânia, Arafat transferiu-se juntamente com a OLP para o Líbano. Dada a fraqueza do governo central libanês, a OLP conseguia operar virtualmente como um Estado independente (chamado "Fatahland"²⁴ pelos israelenses). A OLP começou então a usar este novo território para lançar ataques de artilharia e infiltrar terroristas contra civis israelenses.

²⁴ a terra da Fatah.

Em Setembro de 1972 o grupo Setembro Negro²⁵, que é geralmente descrito como uma fachada operacional usada pelo grupo Fatah de Arafat, raptou 11 atletas israelenses durante os Jogos Olímpicos. Um tiroteio com a polícia resultou na morte dos atletas, no que ficou conhecido como o Massacre de Munique. A condenação internacional do ataque fez com que Arafat se distanciasse publicamente de atos similares no futuro; em 1974 Arafat ordenou que a OLP se abstinhasse de atos de violência fora de Israel, a margem ocidental de Jerusalém e a Faixa de Gaza.

A partir da década de 1970 a OLP passa a adotar uma conduta mais diplomática perante as autoridades ocidentais, que nunca acreditaram no afastamento definitivo de Arafat dos movimentos terroristas palestinos. O fato é que com a moderação da OLP veio também a resistência de vários grupos árabes principalmente quando Arafat passa a aceitar a existência do Estado de Israel o que era uma estratégia maravilhosa para causar comoção entre a sociedade internacional. A imagem construída no Ocidente, dos árabes como seres primitivos e teimosos que se negavam a aceitar o óbvio, começa a mudar e estes seres passam a categoria de 'civilizados' por afirmarem a aceitação de um Estado infrator.

Começava-se a perceber que a guerra não resolve muitos dos assuntos que começaram precisamente com ela ("o problema dos refugiados") e em alguns casos aumentou o conflito árabe-israelense. No entanto, alguns progressos nas negociações entre palestinos e o governo de Israel foram alcançados, Acordo de Paz de Oslo (1993) são um bom exemplo disso.

A manutenção da política expansionista dos israelenses e a inércia da OLP com relação aos problemas da população palestina como por exemplo o confisco de terras palestinas para estabelecer novos assentamentos judeus e o controle de Israel sobre a água dos palestinos, levaram a eclosão de um movimento popular conhecido como Intifada (o levante das pedras) em 1987. Esse movimento não foi planejado pela OLP, era um tanto difícil de imaginar que um movimento completamente descentralizado e desmilitarizado

²⁵ Movimento terrorista que leva o nome do mês em que houve o confronto sangrento entre a OLP e a Jordânia.

pu­desse levantar-se contra o poderoso exército israelense. O aumento das discriminações e repressões à população palestina são as causas diretas da eclosão do movimento:

“Em 1987, a situação nos territórios ocupados começou a deteriorar-se rapidamente. Os casos de punição coletiva da população civil palestina tornaram-se mais freqüentes, incluindo toques de recolher e o fechamento de cidades, aldeias e campos de refugiados, demolições de casas, perseguição a sindicatos e comitês locais, fechamento de escolas e universidades, etc.

(...) no dia 8 de dezembro de 1987, quatro palestinos foram mortos e outros nove ficaram feridos em um bloqueio militar na Faixa de Gaza, desencadeando uma série de protestos por parte da população palestina naquele território. Na reação, o exército israelense provocou novas mortes entre os palestinos, gerando o que veio a ser conhecido como Intifada.”(GATAZ, 2003, p.172)

Devido ao descontrole que se instalou na região e a repercussão perante a opinião pública internacional que se chocou ao ver homens, mulheres e crianças armados de pedra, basicamente, lutando contra os tanques israelenses. O Estados Unidos se apressa para solucionar o problema. Na qualidade de mediador, que lhe foi legitimada desde o final da Segunda Guerra Mundial, se responsabilizou pelo que chamou de processo de paz de Oslo.

Após ^{de} ~~meses~~ de intensivos contatos secretos em Oslo (Noruega), entre negociadores de Israel e da Organização de Libertação da Palestina (OLP), foi formulada uma Declaração de Princípios. Sua assinatura foi precedida por uma troca de cartas entre o líder da OLP, Yasser Arafat, e o primeiro ministro israelense Yitzhak Rabin, nas quais a OLP renunciava ao uso do terrorismo, comprometiam-se a invalidar os artigos de sua carta que negam o direito de Israel à existência, e se comprometiam a uma solução pacífica do conflito territorial de tantas décadas entre palestinos e judeus. Por sua parte Israel reconhecia a OLP como representante do povo palestino.

Assinada por Israel e pela OLP, a Declaração de Princípios contém um conjunto de regras gerais mutuamente acordados sobre um período interino de cinco anos de autogoverno palestino a ser implantado em quatro etapas. O primeiro passo ocorreu em maio de 1994, estabeleceu que Israel se retiraria da Faixa de Gaza e de Jericó, com retiradas adicionais de áreas não especificadas da Cisjordânia durante um período de cinco anos. Durante esse período a OLP formaria a Autoridade Palestina (AP), responsável pelo autogoverno nas áreas das quais o exército israelense se retirasse. Em agosto do mesmo ano foi introduzida a segunda etapa, que envolvia a transferência de poderes e responsabilidades aos representantes palestinos na Margem Ocidental em cinco esferas

especificas- educação e cultura, saúde, bem-estar social, impostos e turismo. O Acordo Interino Israelense-palestino de setembro de 1995 constituiu a terceira etapa, ampliando o autogoverno palestino na Margem Ocidental através da eleição de uma autoridade autônoma – o Conselho Palestino- a fim de permitir aos palestinos a condução de seus assuntos internos.

A última etapa consistiu nas negociações entre as partes sobre os arranjos para status final. Questões fundamentais tais como as extensões dos territórios a serem “cedidos” por Israel, o futuro dos assentamentos israelenses, os direitos sobre a água, a solução do problema dos refugiados e o status de Jerusalém foram deixadas de lado devendo ser discutidas em negociações finais que seriam completadas até maio de 1999.

A diplomacia dos anos de 1990 contribuiu para o descontrole da região, visto que na prática as resoluções diplomáticas não se fizeram presentes. A incapacidade que esses acordos demonstraram para resolver a Questão Palestina e fundar um Estado Palestino deu margem a movimentos populares descentralizados como Nova Intifada que já perdura desde o ano 2000. Com esse movimento o fundamentalismo islâmico²⁶ fortificou-se e deixou o poder palestino fragmentado e com uma gradativa perda de credibilidade perante as negociações ocidentais, com relação à questão Palestina.

²⁶ Grupos religiosos infringentes de uma maioria, acreditam em seus dogmas como verdade absoluta, indiscutível, sem abrir-se, portanto, à premissa do diálogo.

CONCLUSÃO

Por muito tempo o Oriente, o outro lado do mundo, tão cheio de diversidade, tão dono dos seus mistérios, foi ignorado pelos ocidentais. Tal desconhecimento é fruto de uma leitura errônea e preconceituosa de certos valores culturais que o Ocidente desconhece e por isso os considera irrelevante.

O mundo árabe é sem dúvida o alvo preferido dessa chamada "leitura ocidental", talvez por serem os árabes os povos mais resistente às influências do Ocidente. A Questão Palestina, que emergiu do conflito árabe-israelense, hoje um dos problemas mais delicados do mundo árabe, ganha notoriedade a cada ano que ~~se~~ passa colocando em evidência o choque cultural existente entre o Ocidente e o Oriente Médio.

Sabe-se que no Oriente Médio conflitos são ~~algo~~ considerados comuns, visto que o antagonismo é uma característica da região desde a Antiguidade. Os conflitos sempre giram em torno da questão da autonomia, seja ela territorial, jurídica, política, étnica ou religiosa. Mas, se dedicarmos maior atenção ao duelo travado entre judeus e palestinos com certeza observaremos uma grande diferença entre este conflito e os demais existentes na região. O conflito é um dos maiores símbolos do desequilíbrio, das diferenças – sejam elas ideológicas, culturais, econômicas, sociais, militares ou políticas – entre ocidentais e orientais.

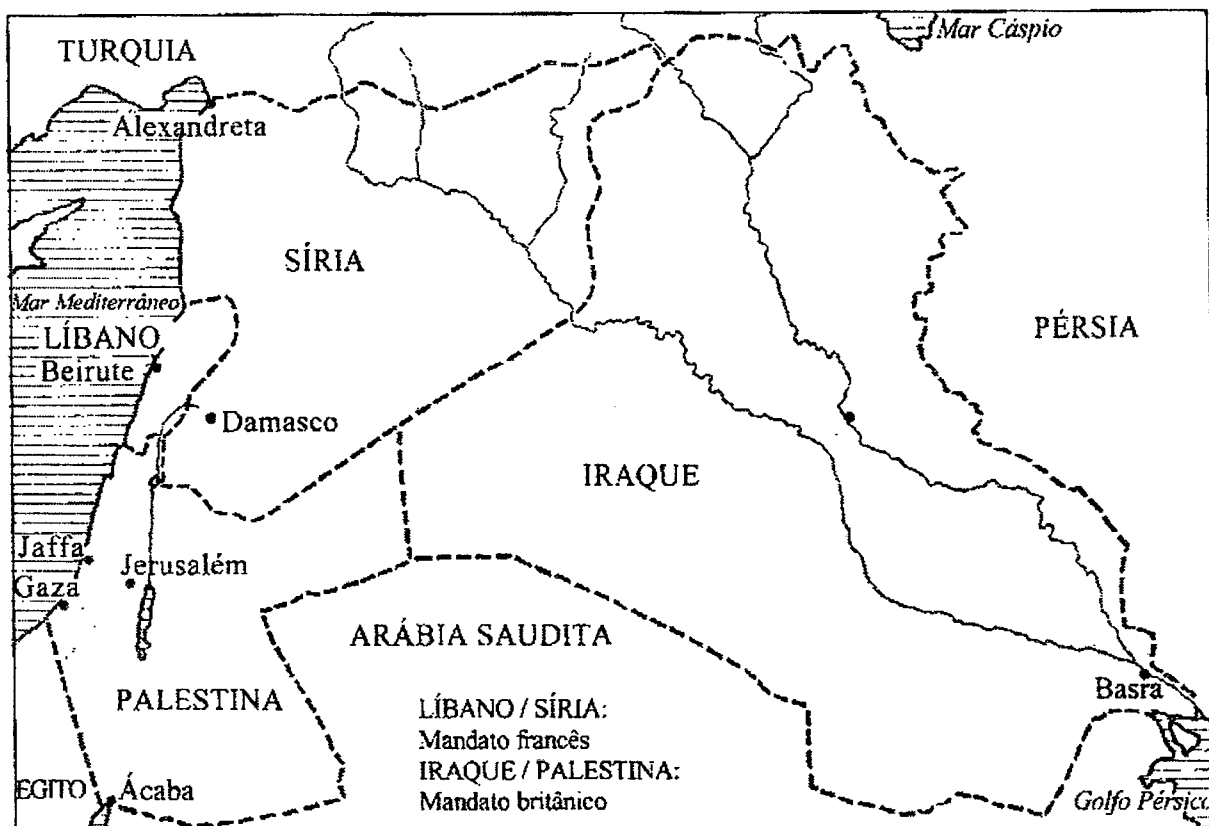
Para o atual sistema de globalização político-econômico, conflitos étnicos - religiosos com uma forte base nacionalista tornam-se uma ameaça à estabilidade mundial. A Palestina hoje é a mais clara representação do fracasso diplomático, visto que Israel na qualidade de ser uma célula ocidental implantada no Oriente Médio, principalmente pelo governo norte-americano, com o objetivo de exercer influência sobre o Oriente Médio, contribuiu muito mais para o aumento das hostilidades existentes e cada vez mais aprimoradas na região.

O governo norte-americano tenta exercer sua hegemonia de forma que as resoluções dos órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) sigam seus interesses. A ONU, enquanto instituição, vem desempenhando um papel burocrático de grande relevância para o processo de paz. Mas na prática suas resoluções e relatórios tornam-se letra morta devido à sua ineficiência diplomática para com o conflito Israel-Palestina e a resistência norte-americana. Desde o final da década de 1960 até os dias atuais

e a
Arabia
Saudita
ou estados
do Golfo Pérsico
p.ex.

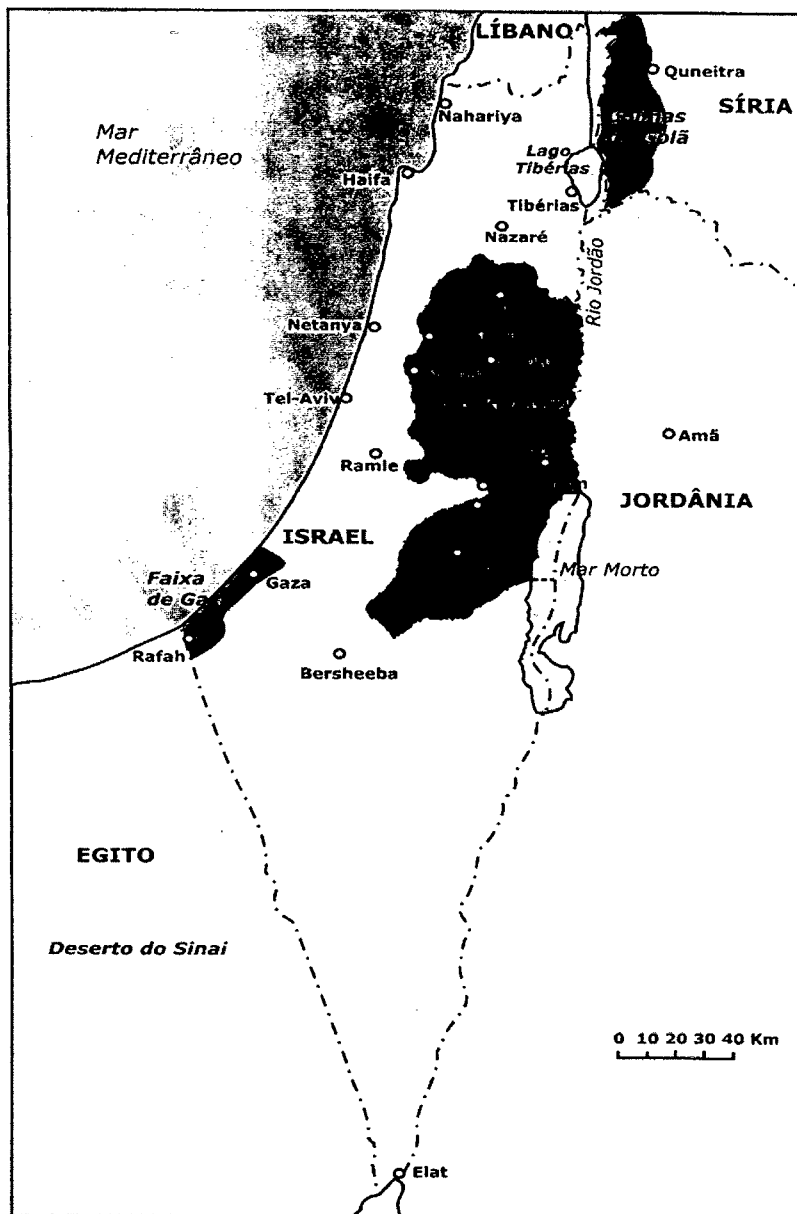
a ONU vem denunciando, constantemente, as violações de direitos humanos cometidos pelo Estado de Israel. Cada vez mais a opinião pública internacional se mobiliza em prol da causa palestina, mas em contra partida nada se resolve. O maior obstáculo enfrentado pela ONU no desempenho de suas ações resume-se ao voto, contra, dado pelos Estados Unidos na Assembléia Geral, que mais parece o direito ao veto no Conselho de Segurança, tamanha é a influência que esse voto exerce. As resoluções da Assembléia só ganham ações concretas quando não ferem os interesses norte-americanos. (e mais complexo!)

ANEXO 1



Fonte: DODD & SALES, *Israel and the Arab World*, p. 31.

ANEXO 3



Fonte: UNISPAL.

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Maria Luiza T. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

COHN-SHERBOK, DAN; EL- ALAMI, DAWOULD. *A questão Palestina: para começar a entender*. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.

DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. *a questão Jerusalém*. Brasília: Delegação Especial Palestina no Brasil, 1999.

DUPAS, G., VIGEVANI, T. *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GATTAZ, André. *A Guerra da Palestina: Da criação do Estado de Israel à Nova Intifada*. 2ª ed. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

[http:// www.orientemediovivo.com.br](http://www.orientemediovivo.com.br)

[http:// www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)

[http:// www.tvcultura.com.br](http://www.tvcultura.com.br)

LESSER, JEFREY. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

RODRIGUES, S. M. *Segurança internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

SALEM, Helena. *A Questão Palestina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

YAZBEK, Mustafá. *O Movimento Palestino*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Said, Edward.